

# Puxadinhos na pauta de reuniões

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

O prazo de um ano para a adequação dos puxadinhos começou a valer ontem, mas os donos de lojas nas quadras comerciais do Plano Piloto ainda têm dúvidas sobre as novas normas. Para divulgar detalhes do Decreto nº 30.254/09, publicado no *Diário Oficial do DF* na última segunda-feira, a Administração de Brasília vai organizar encontros com os empresários e estuda até a elaboração de uma cartilha com explicações didáticas. Os eventos terão a participação de comerciantes, representantes do governo e líderes comunitários da Asa Sul e serão realizados periodicamente, a partir da semana que vem. Pela Lei dos Puxadinhos, os donos de lojas só podem ocupar até 6m aos fundos dos estabeleci-

mentos e as construções de cada bloco terão de ser padronizadas.

A taxa anual para usar espaços públicos vai variar entre R\$ 2.380,37 e R\$ 22.005,77. Os empresários estão apreensivos com relação à nova lei, mas a maioria

deles aprova a intenção de o governo colocar ordem nas ocupações de áreas públicas do Plano Piloto. Nas últimas décadas, os donos expandiram suas lojas sem nenhum tipo de parâmetro, o que gerou a formação de becos entre os estabelecimentos e a favelização dos fundos do comércio local. Hoje, essas áreas estão abandonadas e viraram abrigo de moradores de rua.

A administradora de Brasília, Ivelise Longhi, conta que os funcionários responsáveis pela análise de projetos já se debruçaram sobre a Lei dos Puxadinhos e estão prontos para receber a documentação dos empresários. “Essa lei é um grande avanço e vai representar uma harmonização da ocupação urbana. Agora temos normas concretas para cobrar dos empresários a padronização”, destaca. Em uma reunião com representantes do Ministério Público do DF e Terri-

tórios, Ivelise se comprometeu a dar publicidade às normas. “Vamos fazer rodadas de esclarecimento e analisar a possibilidade de publicarmos uma cartilha sobre o assunto”, acrescenta a administradora de Brasília.

“**ESSA LEI É UM GRANDE AVANÇO E VAI REPRESENTAR UMA HARMONIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA. AGORA TEMOS NORMAS CONCRETAS PARA COBRAR DOS EMPRESÁRIOS A PADRONIZAÇÃO**”

Ivelise Longhi,  
administradora de Brasília

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



SARKIS NÃO AMPLIOU A LOJA QUE POSSUI HÁ DUAS DÉCADAS NA 110S: “PREFERI FICAR DENTRO DA LEI TODOS ESSES ANOS”

## “Presente para Brasília”

O comerciante Cecin Sarkis, dono de uma loja de produtos elétricos na CLS 110, está no mesmo ponto há 20 anos mas nunca avançou nem na lateral nem nos fundos do estabelecimento. Ele também será beneficiado pela Lei dos Puxadinhos, já que agora vai poder utilizar mais 42 metros quadrados, desde que pague uma taxa mensal de quase R\$ 600. “Preferi ficar dentro da lei todos esses anos. Tanto que sou o único do meu bloco que não utiliza os fundos da loja”, comenta o empresário. “A regulamentação da

lei vai ser um presente para Brasília, hoje os moradores das quadras residenciais abrem as suas janelas e se deparam com a favela em que se transformou o fundo do comércio”, acredita Sarkis. Com a expansão, ele pretende vender tintas na loja, além dos materiais elétricos.

Dono de uma rede de farmácias, o empresário Felipe de Faria participou de uma comissão que negociou a nova legislação com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Ele acredita que a Lei dos Puxadinhos e a mudança nos comércios locais

serão um marco para a história da capital. “A padronização já deveria ter acontecido há muito tempo, a cidade perde muito com a situação atual dos comércios da Asa Sul”, diz Felipe.

Mas o empresário está preocupado com relação à busca de um entendimento entre os donos de lojas. “Sempre há interesses divergentes”, lembra. Todas as lojas de cada bloco deverão seguir o mesmo padrão, com a elaboração de um projeto arquitetônico único. Caso um comerciante opte por não usar a área pública dos fundos, ele terá que construir

uma parede de material vazado no limite escolhido pela maioria.

Algumas lojas começaram a fazer as adequações necessárias antes mesmo da regulamentação da Lei dos Puxadinhos. É o caso da rede que reúne as lojas Blumenau e Dular — ambas de comércio de utensílios domésticos. Na unidade da CLS 302, a loja já está dentro dos 6m permitidos. Como o estabelecimento ocupa todo o bloco, não será necessário negociar com os vizinhos. Os fundos têm paredes de vidro e o muro está pintado da mesma cor da fachada. Diretor financeiro da rede, José Rodrigues do Rego diz que a legislação atende aos interesses dos empresários. “A exigência da padronização por blocos foi positiva. Se tivéssemos que negociar com todos os comerciantes da quadra, seria muito difícil”, conta.

A perspectiva de uma melhor organização do comércio animou também os moradores da Asa Sul. A comunidade sempre reclamou do caos nos fundos das lojas da região. Mas a presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos, teme que a manutenção de espaços vazios nos fundos atrapalhe a padronização, mesmo com a colocação de muros de cobogós. “A Lei 766/08 falava em solução arquitetônica única. Se a fiscalização não consegue controlar nem quando está escancarado, imagina com uma parede”, questiona. “Vou discutir esse assunto com o Ministério Público”, promete Heliete.